



**2024**

Janeiro de 2025

Boletim

# Estatísticas Fiscais do Governo Geral

**3º Trimestre de 2024**



**Ministério da Fazenda**

Fernando Haddad

**Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda**

Dario Carnevalli Durigan

**Secretaria do Tesouro Nacional**

Rogério Ceron de Oliveira

**Secretaria Adjunta do Tesouro Nacional**

Viviane Aparecida da Silva Varga

**Subsecretaria de Planejamento Estratégico da Política Fiscal**

David Rebelo Athayde

**Coordenação Geral de Estudos Econômico-Fiscais**

Pedro Ivo Ferreira de Souza Junior

**Coordenação de Suporte aos Estudos Econômico-Fiscais**

Alex Pereira Benício

**Coordenação de Suporte às Estatísticas Fiscais**

Rafael Perez Marcos

**Equipe Técnica**

Ana Cristina Secchi Correia

Guilherme Ceccato

Karla de Lima Rocha

Marcos Henrique Benício Araújo

Vitor Henrique Barbosa Fabel

**Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional****Arte**

Hugo Pullen

**Informações**

E-mail: [ascom@tesouro.gov.br](mailto:ascom@tesouro.gov.br)

Disponível em: [www.tesourotransparente.gov.br](http://www.tesourotransparente.gov.br)

*\*Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

# Sumário

<b>1. Resultado do 3º Trimestre de 2024</b> .....	<b>5</b>
1.1. Receita do Governo Geral .....	10
1.2. Despesa do Governo Geral.....	12
<b>2. Notas Metodológicas</b> .....	<b>16</b>

## Lista de Gráficos e Tabelas

Tabela 1. Demonstrativo de operações do Governo Geral - 3º Trimestre de 2024 .....	7
Tabela 2. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 3º Trimestre de 2023 e 2024 .....	7
Tabela 3. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 3º Trimestre de 2024 .....	8
Tabela 4. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - 3º Trimestre de 2024 .....	10
Tabela 5. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - 3º Trimestre de 2023 e 2024 .....	10
Tabela 6. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - 3º Trimestre de 2024 .....	12
Tabela 7. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - 3º Trimestre de 2023 e 2024 .....	13
Gráfico 1 - Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento líquida por esfera de governo - Brasil - 2023 e 2024	8
Gráfico 2. Receita e despesa do Governo Geral - Brasil - 2023 e 2024 .....	9
Gráfico 3. Evolução da receita por esfera de governo - Brasil - 2023 e 2024 .....	11
Gráfico 4. Composição da receita do Governo Geral - Brasil - 2023 e 2024 .....	11
Gráfico 5. Evolução das despesas por esfera de governo - Brasil - 2023 e 2024 .....	13
Gráfico 6. Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do Governo Geral - Brasil - 2023 e 2024	14
Gráfico 7. Composição do gasto do Governo Geral - Brasil - 2023 e 2024.....	14
Gráfico 8. Evolução do investimento líquido por esfera de governo - Brasil - 2023 e 2024 .....	15
Gráfico 9. Composição do investimento bruto em ativos fixos (FBCF) do Governo Geral - Brasil - 3º trimestre de 2024 .....	15

# 1. Resultado do 3º Trimestre de 2024

O Boletim de Estatísticas Fiscais do Governo Geral<sup>1</sup> apresenta estatísticas das três esferas de governo (governo central, governos estaduais e municipais) consolidadas no setor governo geral, segundo a metodologia do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 do Fundo Monetário Internacional-FMI – MEFP 2014 (em inglês, *Government Finance Statistics Manual – GFSM 2014*)<sup>2</sup>, e faz parte do esforço do Tesouro Nacional de convergência às melhores práticas internacionais. As despesas são apuradas pelo regime de competência<sup>3</sup>, o que significa que o registro ocorre quando o governo assume a obrigação, independentemente do pagamento efetivo, ou seja, mesmo que o pagamento seja realizado em uma data futura, a despesa é contabilizada no período em que o compromisso é firmado. Por outro lado, as receitas são apuradas pelo regime de caixa, sendo registradas somente quando o valor é efetivamente recebido.

No 3º trimestre de 2024, a necessidade líquida de financiamento<sup>4</sup> do governo geral alcançou 7,6% do PIB, ante 6,7% do PIB no mesmo período do ano anterior. Essa variação se deve ao crescimento nominal de 12,47% da despesa do governo geral em relação ao mesmo período de 2023, parcialmente compensado pelo aumento nominal de 10,69% da receita.

A decomposição por esfera de governo da necessidade de financiamento de 7,6% do PIB do governo geral indica que esse valor deriva da necessidade de financiamento de 6,2% do PIB do governo central, de 0,7% do PIB dos governos estaduais e 0,7% do PIB dos governos municipais no terceiro trimestre de 2024.

No terceiro trimestre de 2024, a receita aumentou em 0,90 p.p. do PIB em comparação com o mesmo período do ano anterior, passando de 35,8% para 36,7% do PIB. Este crescimento deve-se principalmente ao incremento de 1,37 p.p. do PIB nos impostos sobre bens e serviços, distribuído entre as três esferas de governo. No governo central, destaca-se o aumento na arrecadação do PIS e Cofins, impulsionado pela reoneração e mudanças nas bases de cálculo previstas na Lei nº 14.592/2023 e na MP nº 1.163/2023, além de fatores como o crescimento nas vendas e serviços e aumento das importações.

---

<sup>1</sup> Os resultados das Estatísticas Fiscais Trimestrais apresentados neste Boletim não substituem outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como as estatísticas fiscais do Resultado do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil, que observam aspectos metodológicos específicos.

<sup>2</sup> <https://www.imf.org/external/np/sta/gfsm/>

<sup>3</sup> A apuração da despesa pelo regime de competência corresponde ao conceito de despesa liquidada, incluída a liquidação de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

<sup>4</sup> Nas Estatísticas de Finanças Públicas, há uma necessidade líquida de financiamento quando a diferença entre a receita e a despesa é negativa. No caso de um resultado positivo, existe uma capacidade líquida de financiamento.

Já nos governos estaduais, o aumento da arrecadação de ICMS no terceiro trimestre de 2024 é influenciado pela elevação da alíquota modal de ICMS adotada por diversos estados no início de 2024. Essa medida foi implementada como uma estratégia para reverter ou, ao menos, minimizar os impactos da Lei Complementar nº 194 de 2022, que estabeleceu limites para as alíquotas de ICMS sobre os bens e serviços relativos a combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo.

A despesa total do governo geral totalizou 44,3% do PIB no 3º trimestre de 2024, o que representou um aumento de 1,78 p.p. do PIB em relação ao mesmo período do ano anterior, quando alcançou 42,5% do PIB. Os gastos passaram de 41,9% do PIB no 3º trimestre de 2023 para 43,4% do PIB no mesmo trimestre de 2024, enquanto o investimento líquido passou de 0,6% do PIB para 0,9% no mesmo período.

Em relação aos gastos, destaca-se o aumento nas despesas com o uso de bens e serviços, que apresentaram uma elevação de 0,63 p.p. do PIB, impulsionadas pelo crescimento nos governos estaduais e municipais. Essa categoria inclui despesas com materiais de consumo e a contratação de serviços de pessoas físicas e jurídicas, que contribuem para a criação de bens e serviços que serão destinados à sociedade.

Destaque também para o aumento nas despesas com benefícios previdenciários e assistenciais, que apresentaram uma elevação de 0,30 p.p. do PIB, explicado principalmente pela antecipação no pagamento de precatórios a beneficiários do estado do Rio Grande do Sul como parte do apoio da União ao estado após a decretação de calamidade pública em decorrência das enchentes de abril de 2024 e conforme decisão do Supremo Tribunal Federal. Além disso, os gastos com remuneração de empregados e juros apresentaram uma elevação de 0,14 p.p. e 0,11 p.p. do PIB, respectivamente.

O aumento de 0,30 p.p. do PIB no investimento líquido do governo geral entre o terceiro trimestre de 2024 e o mesmo período de 2023 reflete o crescimento dos investimentos nas três esferas de governo, com destaque para os governos municipais, responsáveis por 0,23 p.p. desse incremento. Esse resultado está associado a investimentos expressivos em projetos de infraestrutura, como manutenção da malha viária, ampliação de frotas e modernização de edifícios públicos, impulsionados pelo calendário eleitoral. Já os governos estaduais e o governo central contribuíram com elevações de 0,04 p.p. e 0,03 p.p. do PIB, respectivamente.

**Tabela 1. Demonstrativo de operações do Governo Geral - 3º Trimestre de 2024**  
**Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes**  
**Fonte: STN, IBGE e BCB**

Demonstrativo de operações – Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral <sup>1</sup>
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
<b>1. Receita</b>	<b>722.426</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>722.426</b>	<b>367.012</b>	<b>314.999</b>	<b>-306.618</b>	<b>1.097.819</b>
<i>d/q 1411. Juros</i>	<i>68.080</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>68.080</i>	<i>5.245</i>	<i>11.198</i>	<i>-18.472</i>	<i>66.051</i>
<b>2M. Despesa (2+31)</b>	<b>907.864</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>907.864</b>	<b>387.048</b>	<b>336.455</b>	<b>-306.618</b>	<b>1.324.749</b>
<b>2. Gasto</b>	<b>910.671</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>910.671</b>	<b>379.289</b>	<b>314.732</b>	<b>-306.618</b>	<b>1.298.073</b>
<i>d/q 23. Consumo de capital fixo</i>	<i>11.772</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>11.772</i>	<i>15.596</i>	<i>15.889</i>	<i>0</i>	<i>43.257</i>
<i>d/q 24. Juros</i>	<i>228.305</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>228.305</i>	<i>24.607</i>	<i>2.728</i>	<i>-18.472</i>	<i>237.168</i>
<b>31. Investimento líquido</b>	<b>-2.807</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-2.807</b>	<b>7.759</b>	<b>21.723</b>	<b>0</b>	<b>26.676</b>
<b>Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)</b>	<b>-185.438</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-185.438</b>	<b>-20.036</b>	<b>-21.456</b>	<b>0</b>	<b>-226.930</b>
<b>Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))</b>	<b>-25.212</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-25.212</b>	<b>-674</b>	<b>-29.926</b>	<b>0</b>	<b>-55.813</b>
<b>Itens de memorando:</b>								
<i>1. Investimento bruto em ativos fixos (FBCF)</i>	<i>8.948</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>8.948</i>	<i>23.302</i>	<i>37.128</i>	<i>0</i>	<i>69.378</i>
<i>2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)</i>	<i>-176.472</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>-176.472</i>	<i>3.318</i>	<i>16.156</i>	<i>0</i>	<i>-156.997</i>
<i>3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)</i>	<i>-188.244</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>-188.244</i>	<i>-12.277</i>	<i>268</i>	<i>0</i>	<i>-200.254</i>

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

**Tabela 2. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 3º Trimestre de 2023 e 2024**  
**Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes**  
**Fonte: STN, IBGE e BCB**

Demonstrativo de operações - Governo Geral	2023.III	2024.III	Diferença	Var. %
<b>1. Receita</b>	<b>991.826</b>	<b>1.097.819</b>	<b>105.993</b>	<b>10,69%</b>
<i>d/q 1411. Juros</i>	<i>65.261</i>	<i>66.051</i>	<i>790</i>	<i>1,21%</i>
<b>2M. Despesa (2+31)</b>	<b>1.177.878</b>	<b>1.324.749</b>	<b>146.871</b>	<b>12,47%</b>
<b>2. Gasto</b>	<b>1.161.342</b>	<b>1.298.073</b>	<b>136.732</b>	<b>11,77%</b>
<i>d/q 23. Consumo de capital fixo</i>	<i>41.924</i>	<i>43.257</i>	<i>1.333</i>	<i>3,18%</i>
<i>d/q 24. Juros</i>	<i>216.740</i>	<i>237.168</i>	<i>20.428</i>	<i>9,43%</i>
<b>31. Investimento líquido</b>	<b>16.536</b>	<b>26.676</b>	<b>10.140</b>	<b>61,32%</b>
<b>Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)</b>	<b>-186.051</b>	<b>-226.930</b>	<b>-40.879</b>	<b>21,97%</b>
<b>Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) -(2M-24))</b>	<b>-34.572</b>	<b>-55.813</b>	<b>-21.241</b>	<b>61,44%</b>

Tabela 3. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 3º Trimestre de 2024

Dados em: % do PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações – Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral <sup>1</sup>
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
<b>1. Receita</b>	<b>24,2%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>24,2%</b>	<b>12,3%</b>	<b>10,5%</b>	<b>-10,3%</b>	<b>36,7%</b>
<i>d/q 1411. Juros</i>	<i>2,3%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>2,3%</i>	<i>0,2%</i>	<i>0,4%</i>	<i>-0,6%</i>	<i>2,2%</i>
<b>2M. Despesa (2+31)</b>	<b>30,4%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>30,4%</b>	<b>12,9%</b>	<b>11,3%</b>	<b>-10,3%</b>	<b>44,3%</b>
<b>2. Gasto</b>	<b>30,5%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>30,5%</b>	<b>12,7%</b>	<b>10,5%</b>	<b>-10,3%</b>	<b>43,4%</b>
<i>d/q 23. Consumo de capital fixo</i>	<i>0,4%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,4%</i>	<i>0,5%</i>	<i>0,5%</i>	<i>0,0%</i>	<i>1,4%</i>
<i>d/q 24. Juros</i>	<i>7,6%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>7,6%</i>	<i>0,8%</i>	<i>0,1%</i>	<i>-0,6%</i>	<i>7,9%</i>
<b>31. Investimento líquido</b>	<b>-0,1%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>-0,1%</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,7%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,9%</b>
<b>Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1- 2M)</b>	<b>-6,2%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>-6,2%</b>	<b>-0,7%</b>	<b>-0,7%</b>	<b>0,0%</b>	<b>-7,6%</b>
<b>Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))</b>	<b>-0,8%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>-0,8%</b>	<b>0,0%</b>	<b>-1,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>-1,9%</b>
<b>Itens de memorando:</b>								
<i>1. Investimento bruto em ativos fixos (FBCF)</i>	<i>0,3%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,3%</i>	<i>0,8%</i>	<i>1,2%</i>	<i>0,0%</i>	<i>2,3%</i>
<i>2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)</i>	<i>-5,9%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>-5,9%</i>	<i>0,1%</i>	<i>0,5%</i>	<i>0,0%</i>	<i>-5,3%</i>
<i>3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)</i>	<i>-6,3%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>-6,3%</i>	<i>-0,4%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>-6,7%</i>

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais

Gráfico 1 - Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento líquida por esfera de governo - Brasil - 2023 e 2024

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

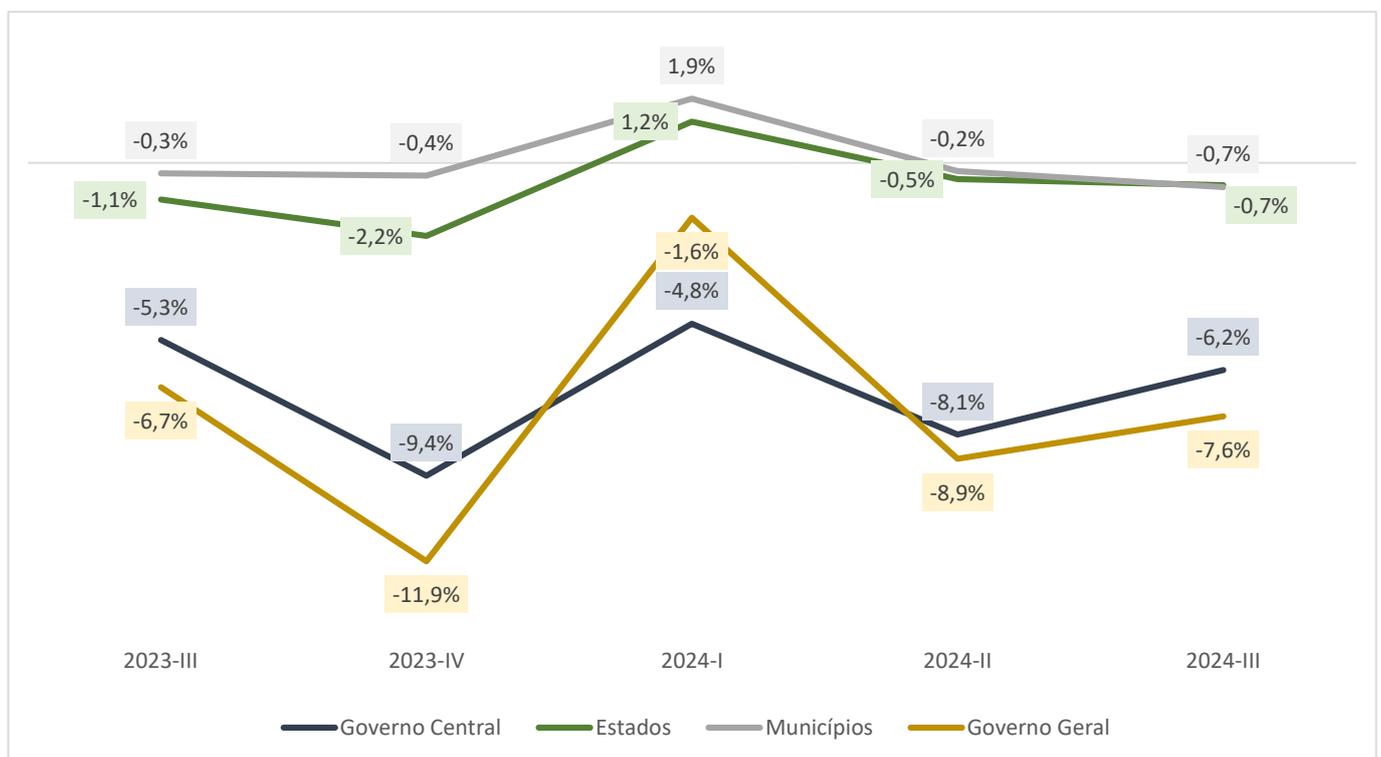
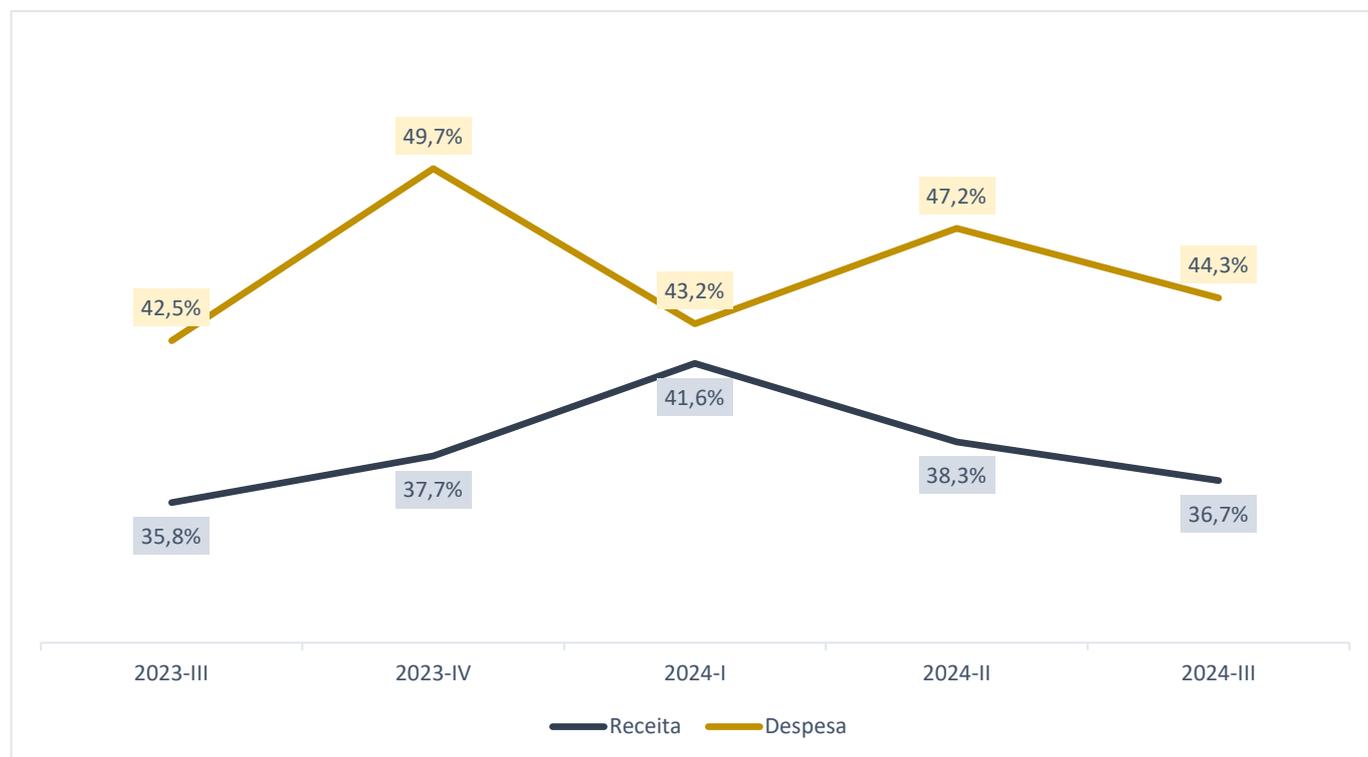


Gráfico 2. Receita e despesa do Governo Geral - Brasil - 2023 e 2024

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB



## 1.1. Receita do Governo Geral

Tabela 4. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - 3º Trimestre de 2024

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral <sup>1</sup>
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
<b>1. Receita</b>	<b>722.426</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>722.426</b>	<b>367.012</b>	<b>314.999</b>	<b>-306.618</b>	<b>1.097.819</b>
<b>11. Impostos</b>	<b>423.746</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>423.746</b>	<b>233.785</b>	<b>63.576</b>	<b>0</b>	<b>721.107</b>
111. Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	226.701	0	0	226.701	0	0	0	226.701
112. Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	8.658	0	0	8.658	0	0	0	8.658
113. Impostos sobre a propriedade	2.347	0	0	2.347	16.180	21.215	0	39.742
114. Impostos sobre bens e serviços	165.317	0	0	165.317	217.605	42.361	0	425.283
115. Impostos sobre o comércio e transações internacionais	20.723	0	0	20.723	0	0	0	20.723
116. Outros impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>12. Contribuições sociais</b>	<b>168.189</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>168.189</b>	<b>27.019</b>	<b>16.459</b>	<b>0</b>	<b>211.667</b>
<b>13. Transferências / Doações</b>	<b>112</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>112</b>	<b>76.772</b>	<b>211.310</b>	<b>-288.146</b>	<b>49</b>
<b>14. Outras receitas</b>	<b>130.378</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>130.378</b>	<b>29.435</b>	<b>23.654</b>	<b>-18.472</b>	<b>164.996</b>
1411. Juros	68.080	0	0	68.080	5.245	11.198	-18.472	66.051
14x. Demais	62.299	0	0	62.299	24.190	12.456	0	98.945

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais

Tabela 5. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - 3º Trimestre de 2023 e 2024

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

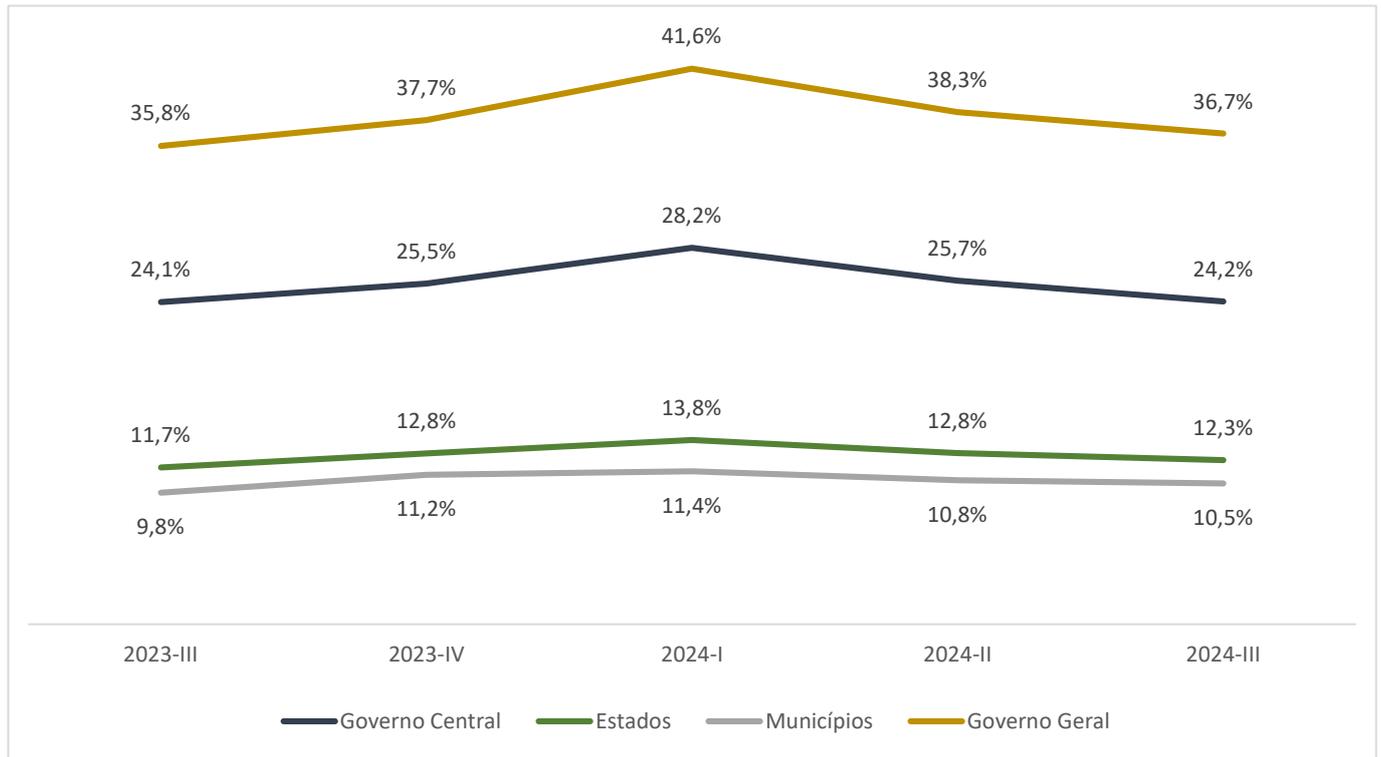
Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	2023.III	2024.III	Diferença	Var. %
<b>1. Receita</b>	<b>991.826</b>	<b>1.097.819</b>	<b>105.993</b>	<b>10,69%</b>
11. Impostos	606.758	721.107	114.349	18,85%
12. Contribuições sociais	195.279	211.667	16.388	8,39%
13. Transferências / Doações	3	49	45	-
14. Outras receitas	189.786	164.996	-24.790	-13,06%

**Gráfico 3. Evolução da receita por esfera de governo - Brasil - 2023 e 2024**

Dados em: % PIB

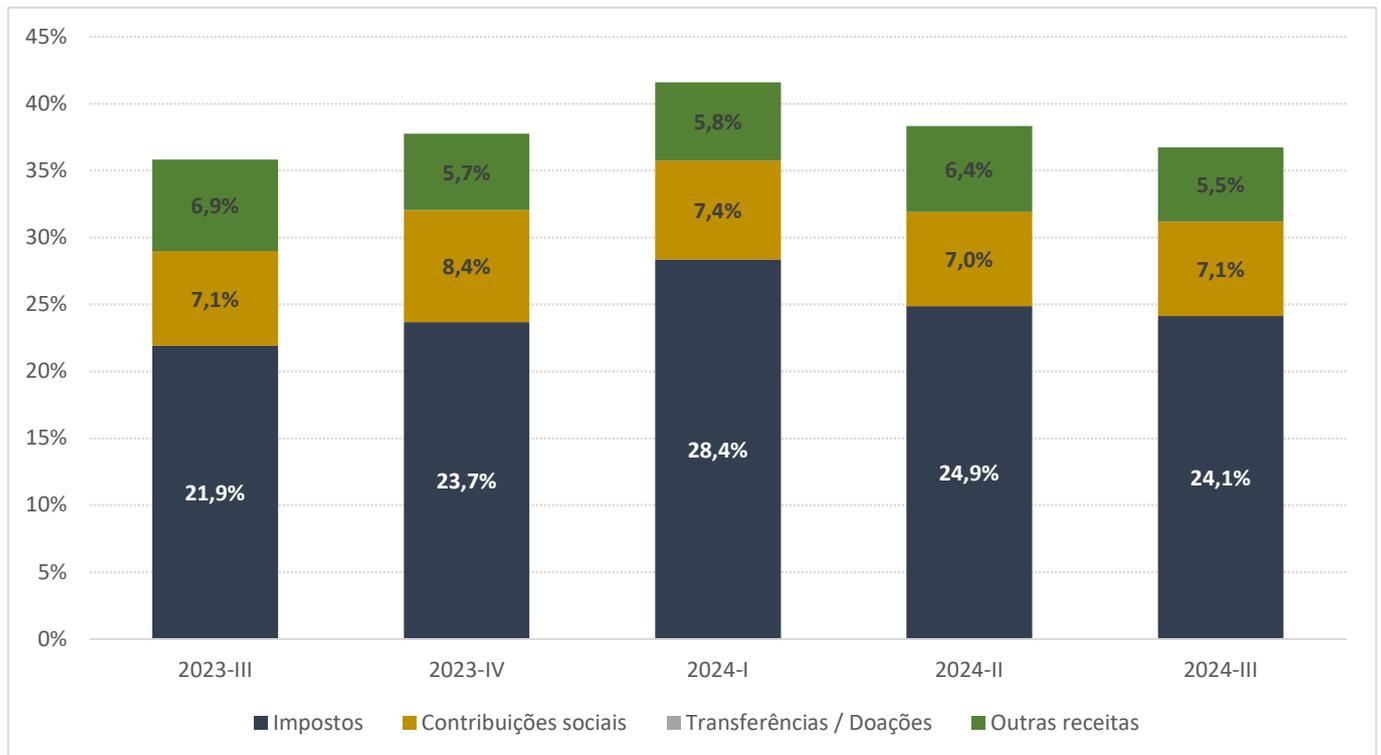
Fonte: STN, IBGE e BCB



**Gráfico 4. Composição da receita do Governo Geral - Brasil - 2023 e 2024**

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB



## 1.2. Despesa do Governo Geral

Tabela 6. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - 3º Trimestre de 2024

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral <sup>1</sup>
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
<b>2M. Despesa (2+31)</b>	<b>907.864</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>907.864</b>	<b>387.048</b>	<b>336.455</b>	<b>-306.618</b>	<b>1.324.749</b>
<b>2. Gasto</b>	<b>910.671</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>910.671</b>	<b>379.289</b>	<b>314.732</b>	<b>-306.618</b>	<b>1.298.073</b>
21. Remuneração de empregados	55.521	0	0	55.521	122.141	131.193	0	308.854
22. Uso de bens e serviços	19.598	0	0	19.598	54.916	104.965	0	179.479
23. Consumo de capital fixo	11.772	0	0	11.772	15.596	15.889	0	43.257
24. Juros	228.305	0	0	228.305	24.607	2.728	-18.472	237.168
25. Subsídios	4.237	0	0	4.237	1.128	3.070	0	8.435
26. Transferências / Doações	218.320	0	0	218.320	68.951	1.591	-288.146	716
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	353.100	0	0	353.100	68.732	24.872	0	446.705
28. Outros gastos	19.818	0	0	19.818	23.217	30.425	0	73.460
<b>31. Investimento líquido<sup>2</sup></b>	<b>-2.807</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-2.807</b>	<b>7.759</b>	<b>21.723</b>	<b>0</b>	<b>26.676</b>
311 Ativos fixos	-2.824	0	0	-2.824	7.706	21.240	0	26.122
312 Estoques	192	0	0	192	53	484	0	729
313 Objetos de valor	4	0	0	4	0	0	0	4
314 Ativos não produzidos	-178	0	0	-178	0	-1	0	-179
<i>31.1. Aquisição de ativos não financeiros</i>	9.286	0	0	9.286	23.545	38.022	0	70.853
<i>31.2. Venda de ativos não financeiros</i>	321	0	0	321	190	410	0	920
<i>31.3. Consumo de capital fixo</i>	11.772	0	0	11.772	15.596	15.889	0	43.257

(1) O resultado consolidado do Governo Geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

(2) Investimento líquido em ativos não financeiros corresponde à aquisição menos a venda de ativos não financeiros menos o consumo de capital fixo.

**Tabela 7. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - 3º Trimestre de 2023 e 2024**

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

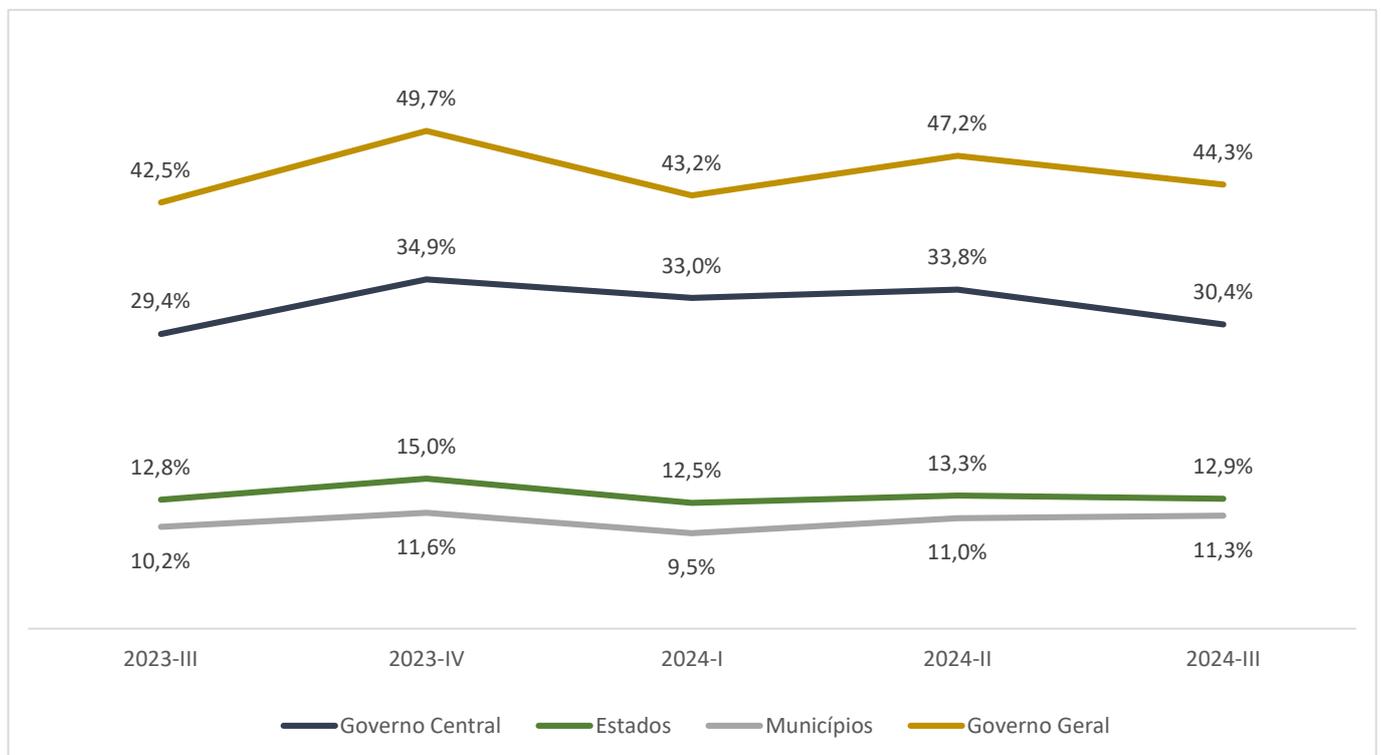
Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	2023.III	2024.III	Diferença	Var. %
<b>2M. Despesa (2+31)</b>	<b>1.177.878</b>	<b>1.324.749</b>	<b>146.871</b>	<b>12,47%</b>
<b>2. Gasto</b>	<b>1.161.342</b>	<b>1.298.073</b>	<b>136.732</b>	<b>11,77%</b>
21. Remuneração de empregados	282.243	308.854	26.611	9,43%
22. Uso de bens e serviços	148.899	179.479	30.580	20,54%
23. Consumo de capital fixo	41.924	43.257	1.333	3,18%
24. Juros	216.740	237.168	20.428	9,43%
25. Subsídios	8.572	8.435	-136	-1,59%
26. Transferências / Doações	599	716	117	19,54%
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	405.573	446.705	41.132	10,14%
28. Outros gastos	56.792	73.460	16.667	29,35%
<b>31. Investimento Líquido</b>	<b>16.536</b>	<b>26.676</b>	<b>10.140</b>	<b>61,32%</b>
311 Ativos fixos	16.024	26.122	10.098	63,02%
312 Estoques	679	729	50	7,38%
313 Objetos de valor	3	4	0	6,82%
314 Ativos não produzidos	-170	-179	-8	4,89%

**Gráfico 5. Evolução das despesas por esfera de governo - Brasil - 2023 e 2024**

Dados em: % PIB

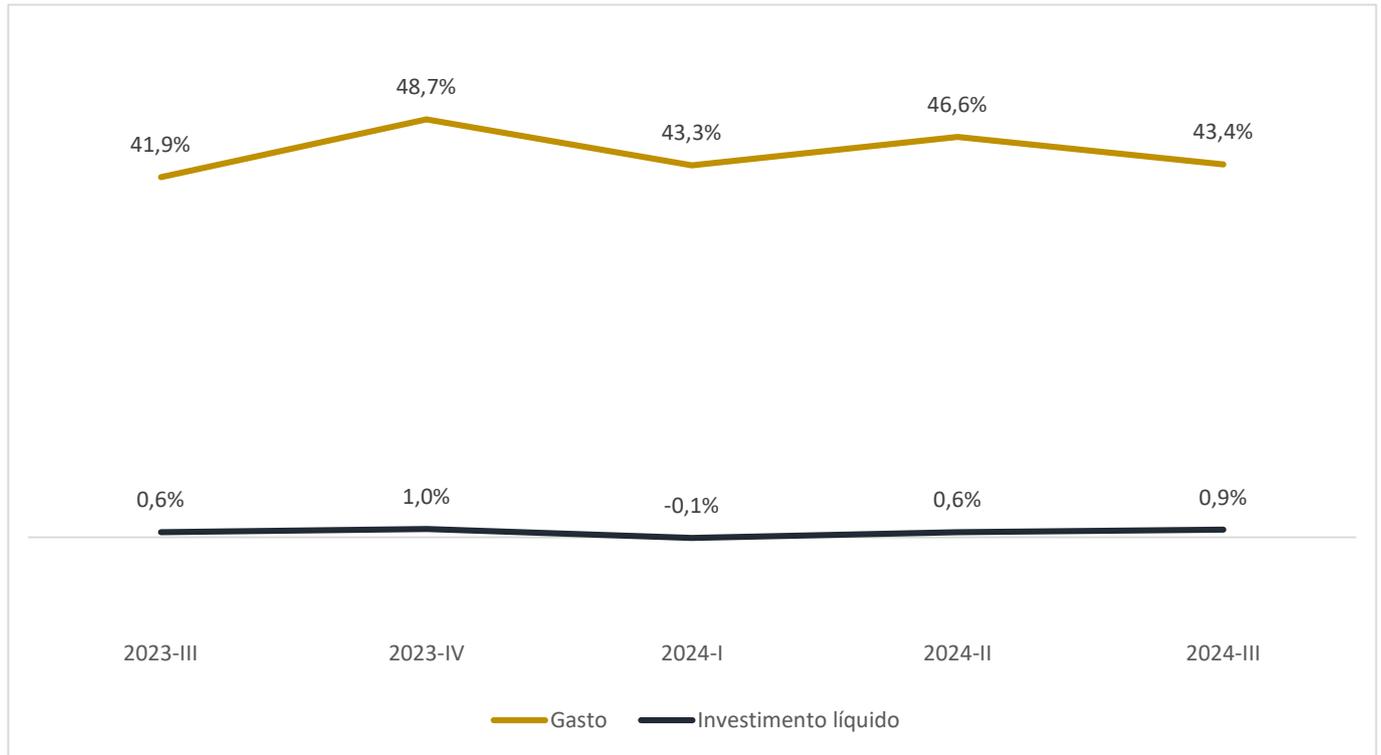
Fonte: STN, IBGE e BCB



**Gráfico 6. Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do Governo Geral - Brasil - 2023 e 2024**

Dados em: % PIB

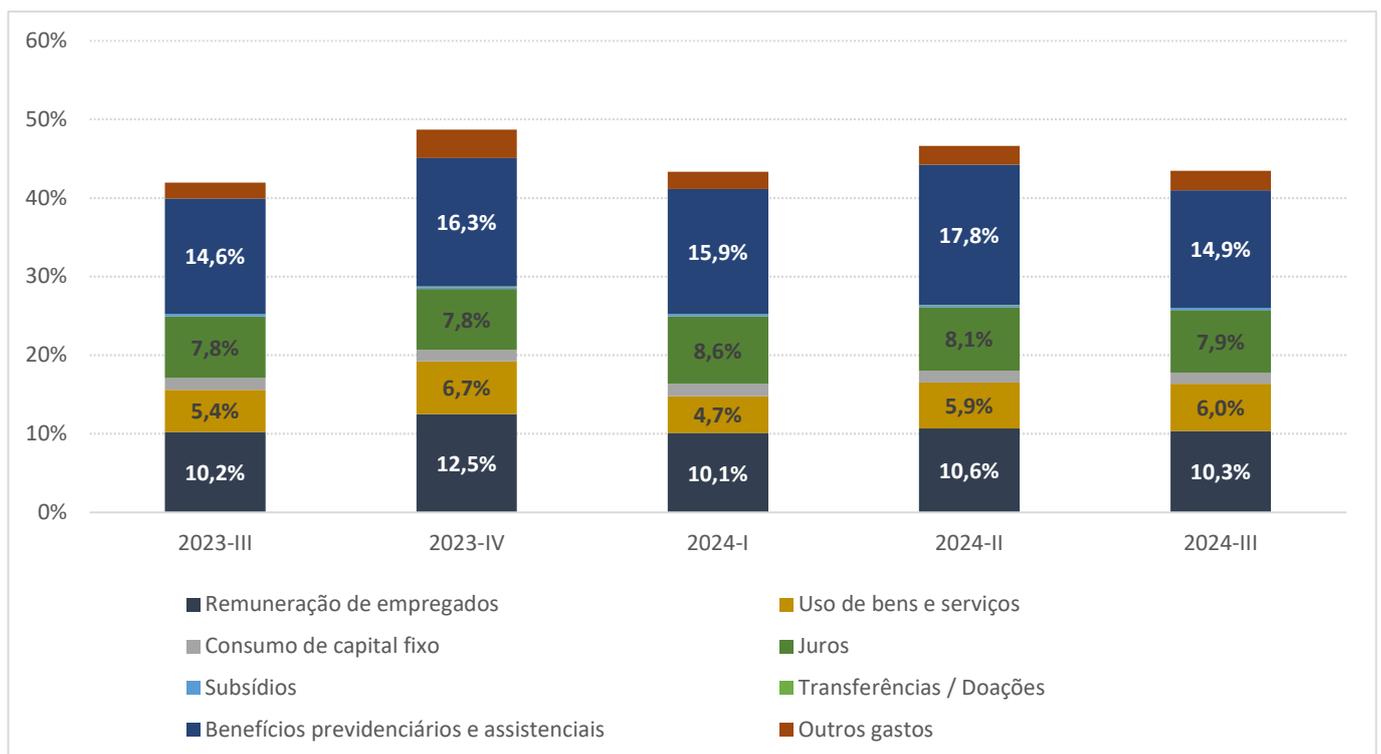
Fonte: STN, IBGE e BCB



**Gráfico 7. Composição do gasto do Governo Geral - Brasil - 2023 e 2024**

Dados em: % PIB

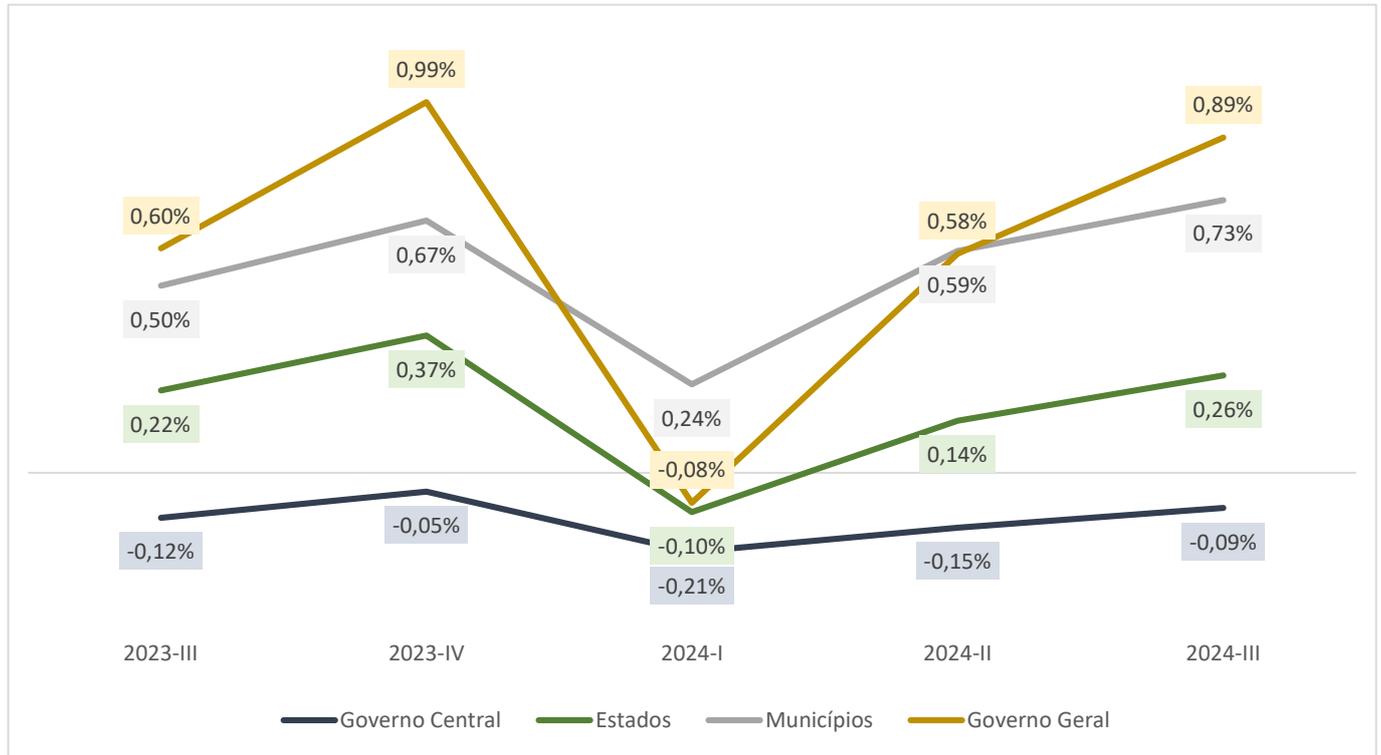
Fonte: STN, IBGE e BCB



**Gráfico 8. Evolução do investimento líquido por esfera de governo - Brasil - 2023 e 2024**

Dados em: % PIB

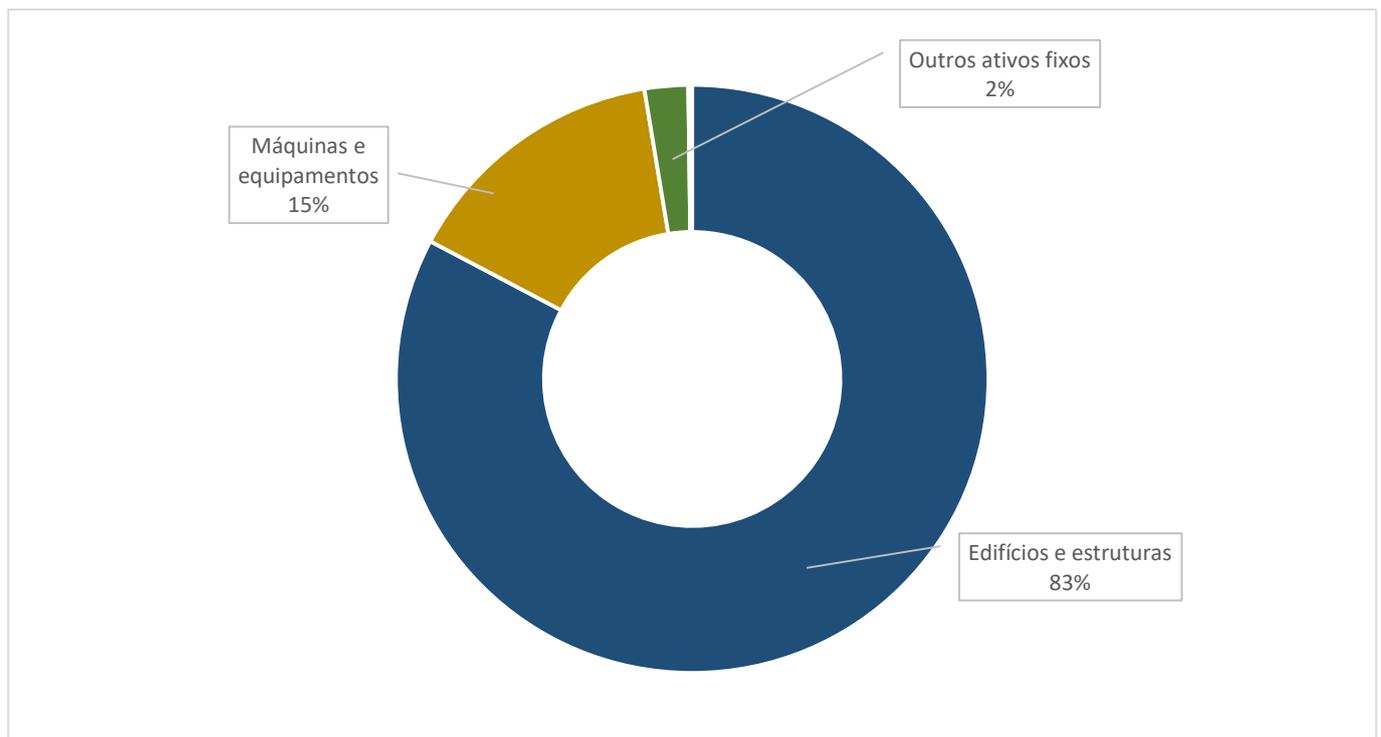
Fonte: STN, IBGE e BCB



**Gráfico 9. Composição do investimento bruto em ativos fixos (FBCF<sup>1</sup>) do Governo Geral - Brasil - 3º trimestre de 2024**

Dados em: % Total

Fonte: STN, IBGE e BCB



(1) FBCF: Formação Bruta de Capital Fixo.

## 2. Notas Metodológicas

### Apresentação

Este boletim apresenta as estatísticas de finanças públicas do governo geral (governo central, governos estaduais e municipais) com periodicidade trimestral. As informações aqui apresentadas são compiladas e apresentadas de acordo com a metodologia do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 do Fundo Monetário Internacional - FMI – MEFP 2014 (em inglês, *Government Finance Statistics Manual – GFSM 2014*). Todas as estatísticas são apresentadas na estrutura do Demonstrativo de Operações, que é um resumo das transações do governo apresentando detalhes das receitas, gastos e investimento líquido em ativos não financeiros.

As Estatísticas de Finanças Públicas - EFPs são um conjunto de conceitos e princípios desenvolvidos pelo FMI com o objetivo de proporcionar um arcabouço conceitual que facilite a análise da política fiscal e possibilite quantificar as ações do governo. As EFP são uma representação econômica da atividade financeira do governo.

As informações são compiladas no âmbito dos Acordos de Cooperação Técnica firmados entre STN e IBGE e STN e IPEA, com o objetivo central de aperfeiçoar as estatísticas fiscais no Brasil no sentido da convergência com os conceitos e metodologias estabelecidas pelo GFSM 2014 do FMI. Neste caso, o objetivo principal é construir agregados econômicos harmonizados internacionalmente – permitindo a comparação entre países – e com o Sistema de Contas Nacionais – possibilitando uma análise mais precisa das relações entre as variáveis fiscais e as econômicas.

Devido às questões metodológicas discutidas ao final deste documento, as informações aqui apresentadas são estimativas das finanças do governo geral para o período em análise e poderão ser revisadas nos meses seguintes. Os dados definitivos serão apresentados na publicação “Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo”, com periodicidade anual. Esta é uma publicação conjunta do Tesouro Nacional e do IBGE que garante a consistência entre os sistemas de contas nacionais e de Estatísticas de Finanças Públicas.

## **Abrangência**

Nesta publicação é considerado o setor institucional governo geral que compreende todas as unidades de governo (central, estaduais e municipais) e os fundos de previdência social controlados por essas unidades.

### ***Governo Central***

O governo central é composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto o Banco Central do Brasil que, dadas suas características, compõe o subsetor de corporações públicas financeiras.

### ***Governos subnacionais (estados e municípios)***

A abrangência dos governos estaduais compreende os órgãos da administração direta e entidades da administração indireta (autarquias, fundações, fundos especiais, empresas estatais dependentes), de todos os poderes públicos, das unidades administrativas de 26 estados e do Distrito Federal.

No caso dos governos municipais, compreende as unidades administrativas dos 5.570 municípios. O processo de coleta de dados corresponde a aproximadamente 90% da cobertura total. Desta forma, práticas estatísticas são aplicadas para extrapolar a cobertura ao conjunto de municípios.

## **Fontes e metodologia**

### ***Bases de dados***

A fonte primária para a obtenção dos dados do governo central é o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Para a obtenção de dados dos estados e do Distrito Federal a fonte primária é o Demonstrativo de Contas Anuais disponível no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi. Este banco de dados compila informações contábeis e orçamentárias de todas as unidades da federação, sendo que no presente trabalho foram extraídas, em especial, informações sobre receitas e despesas orçamentárias, bem como dados sobre a execução de restos a pagar, além das respectivas contas patrimoniais.

A partir de 2019 a fonte primária dos dados utilizados para os governos estaduais é a Matriz de Saldos Contábeis (MSC), que consiste em uma grande massa de dados extraída pelos entes da federação diretamente dos seus sistemas contábil-financeiros e encaminhados ao Siconfi. Em casos específicos, foram realizadas consultas aos portais de transparência fiscal ou sítios das secretarias estaduais de fazenda para garantia da consistência das informações com as fontes de dados utilizadas.

No caso dos municípios a fonte primária para obtenção de dados também é o Demonstrativo de Contas Anuais disponível no Siconfi. Apesar da exigência legal, uma proporção inferior a 10% dos municípios não cumpre com o processo de envio de dados. Desta forma são aplicadas técnicas estatísticas para extrapolar a cobertura ao conjunto de municípios. Tal metodologia utiliza dados de outras fontes, tais como portais de transparência e outras plataformas de governo. A partir de 2022, assim como ocorreu para os governos estaduais, a fonte primária dos dados utilizados para os governos municipais é a MSC.

Um ajuste adicional realizado foi o acréscimo nas receitas de contribuições sociais dos valores líquidos de contribuições patronais para financiamento do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS. Esse procedimento se fez necessário devido à necessidade de se equilibrarem os valores entre as despesas com contribuições sociais dos empregadores do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS e as receitas de contribuições ao empregador.

Outra fonte complementar de informação são as informações de receitas e despesas de juros das três esferas de governo em análise. Como o Banco Central do Brasil é o órgão responsável pela produção e disseminação de estatísticas sob a ótica de financiamento, os dados destas contas são fornecidos diretamente pelo Banco. Destaca-se, como exceção, a obtenção (via FINBRA) das receitas de juros dos municípios brasileiros para o período estudado nesta publicação. No que se refere às informações de juros do governo central, destaca-se que até 2019 inclui os juros nominais das operações com reservas cambiais e das operações com derivativos cambiais realizadas pelo Banco Central, conforme equalização das perdas/ganhos prevista na Lei nº 11.803/2008. A partir de 2020, conforme Lei 13.820/2019, o resultado dessas operações não afeta os juros nominais do governo central.

Por fim, os valores de consumo de capital fixo do governo geral são calculados e fornecidos pelo IBGE e adotados pela STN.

### ***Base de registro***

O fluxo de receitas de todas as esferas foi classificado pelo conceito de caixa, ainda que o GFSM 2014 determine a adoção de critério de competência. A razão para esta escolha é que o registro das receitas pelo critério de competência possui considerável grau de incerteza em relação a sua efetiva arrecadação, além de requerer estimativas da base de cálculo dos tributos a partir de variáveis macroeconômicas. Do lado das despesas, foi considerado para todas as esferas o conceito de despesa liquidada, que representa o total empenhado e liquidado pelas unidades executoras dos respectivos entes, somado aos restos a pagar não processados liquidados. Cabe destacar ainda que, no início da série histórica, na indisponibilidade desta última informação, às despesas liquidadas dos governos estaduais e municipais foram adicionados os pagamentos de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores de modo a se

criar uma proxy do regime de competência, uma vez que esse tipo de restos a pagar ao serem pagos foram, em algum momento, obrigatoriamente liquidados.

O GFSM 2014 também inclui o Demonstrativo de Operações de Caixa no qual as estatísticas de fluxos devem ser apuradas no regime de caixa. Este é um demonstrativo adicional cujo objetivo principal, ao contrário dos demais demonstrativos, não é avaliar a sustentabilidade fiscal do governo, mas sua liquidez, além de medir o impacto das operações de governo sobre a demanda agregada.

### ***Consolidação***

Consolidação é um método de apresentação das estatísticas fiscais que implica tratar um conjunto de unidades como se uma única unidade fosse. Todas as transações cruzadas devem ser eliminadas para efeito de consolidação em um nível maior de agregação, com destaque especial para as contas contábeis relativas a transferências e juros. Assim, para que possa ser feita uma análise no nível de cobertura de governo geral, deve ser realizada primeiramente a consolidação dos dados de governo central, estados e municípios de modo a gerar dados de governo geral em bases consistentes e sem duplicidade de valores. Para não incorrer em perda de informações analíticas, o GFSM 2014 recomenda a publicação dos dados das esferas em separado e na forma consolidada.

Apesar de esse ser o tratamento preconizado pelo GFSM 2014, dificilmente os distintos setores registram corretamente todas as transações envolvendo as diferentes partes, o que obriga o compilador de estatísticas fiscais a adotar procedimentos específicos para tratamento dos dados. Um passo anterior à consolidação final diz respeito ao tratamento da discrepância entre o total de receitas e despesas intergovernamentais. Essa discrepância é ajustada proporcionalmente nos valores de receita de transferências dos governos regionais, de modo a igualar os fluxos de receitas e despesas de transferências. Posteriormente, com o intuito de manter os valores da receita total dos entes, o valor incluído nas transferências é deduzido de outras receitas. Assim, a premissa adotada foi a de que não deve haver impacto fiscal quando da realização dos ajustes de consolidação. Ou seja, partiu-se do pressuposto de que as esferas subnacionais realizam todos os seus registros contábeis, mesmo que de maneira não aderente às melhores práticas de contabilidade.

## **Indicadores GFS**

### ***Demonstrativo de Operações***

Dois importantes resultados analíticos derivam do Demonstrativo de Operações do Governo. São eles:

a) Resultado Operacional Líquido: corresponde a receita menos gasto. É um indicador sintético da sustentabilidade corrente das operações do governo e capta todos os custos correntes de operações

governamentais. Deve-se notar que o resultado operacional líquido, tal como definido aqui, exclui ganhos e perdas resultantes de variações dos níveis de preço e outras variações do volume de ativos.

b) Resultado Operacional Bruto: difere do resultado operacional líquido por não incluir o consumo de capital fixo como gasto.

c) Capacidade / Necessidade líquida de financiamento: corresponde ao resultado operacional líquido deduzido da aquisição líquida de ativos não financeiros. É um indicador sintético que revela a medida em que o governo coloca recursos financeiros à disposição de outros setores da economia ou utiliza os recursos financeiros gerados por outros setores. Pode, portanto, ser visto como indicador do efeito financeiro da atividade governamental sobre o resto da economia. Excluindo-se as receitas e despesas de juros obtém-se o indicador de capacidade / necessidade líquida de financiamento primária.

### ***Demonstrativo de Operações de Caixa***

O Demonstrativo de Operações de Caixa evidencia a quantia total de caixa gerada ou absorvida por operações correntes; transações com ativos não financeiros; e transações envolvendo ativos e passivos financeiros distintos do próprio caixa. A variação líquida da posição de caixa do governo é a soma do caixa líquido recebido dessas três fontes. As informações a respeito das fontes e usos de caixa são importantes para se avaliar a liquidez do setor governo geral. O indicador fornecido por este demonstrativo é:

a) Superávit / Déficit de caixa: é um indicador que evidencia a necessidade de fluxo de caixa de um setor. Quando é superavitário reflete a disponibilidade de caixa do governo para aumentar seus ativos financeiros ou diminuir o seu passivo. Quando é deficitário, reflete a necessidade de caixa do governo. Excluindo-se as receitas e despesas de juros obtém-se o indicador de superávit / déficit de caixa primário.

Embora o Demonstrativo de Operações de Caixa não esteja disponibilizado neste boletim, seus dados estão disponíveis nas tabelas presentes no portal do Tesouro Nacional, no seguinte endereço:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>

### **Revisões**

As revisões serão realizadas a cada trimestre, conforme necessário, como resultado de atualização de base de dados, correções e tratamentos metodológicos.

Principais revisões/alterações metodológicas:

Em 2017, foi realizado ajuste metodológico em relação ao tratamento conferido ao Fundo Constitucional Distrito Federal - FCDF que, anteriormente, era incorporado nas despesas do governo central. Os valores

das despesas do FCDF passaram a ser registrados no âmbito dos governos estaduais, com o correspondente registro de transferência do governo central.

Em 2018, foi incluído o tratamento para despesas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que passam a ser incorporadas como transferência de capital às famílias (despesa do governo central orçamentário), correspondente ao índice de inadimplência da carteira (superior a 360 dias) aplicado sobre o volume corrente de desembolsos dos financiamentos em contratos sem garantia do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) ou do Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies), ambos fundos de natureza privada com patrimônio constituído.

Em 2019, visando o alinhamento às práticas internacionais de finanças públicas, se promoveu a alteração do registro do Imposto sobre a Renda e Proventos arrecadado pelos estados e municípios para o governo central. Esta alteração busca atender orientação expressa no GFSM 2014, parágrafo 5.34, que indica que o imposto deve ser atribuído à unidade de governo que exerce a autoridade para impor o imposto e definir suas alíquotas. Por se tratar de imposto de competência federal, conforme estabelece o inciso III do Art. 153 da Constituição Federal, o atendimento da recomendação indica o registro na esfera federal. Anteriormente essa arrecadação era mantida nas esferas subnacionais, conforme os valores registrados no Siconfi. A alteração de 2019 mudou o tratamento para toda a série histórica.

Para adequar os lançamentos desta arrecadação foram realizados os seguintes ajustes: 1) na esfera federal os valores das arrecadações de estados e municípios foram lançados como receita de impostos sobre a renda e o mesmo valor como despesa de transferência intergovernamental; 2) nos estados e municípios os valores arrecadados foram reclassificados de impostos sobre a renda para receita transferências intergovernamentais. Esta alteração metodológica não gera impacto nos saldos das tabelas de finanças públicas.

Em 2020, foram realizadas alterações no Demonstrativo de Operações, o qual apresenta detalhes das transações de receita e gasto, bem como o investimento líquido em ativos não financeiros. Na estrutura anterior o conceito de despesa era atribuído ao que, agora, denomina-se gasto. A mudança de nomenclatura foi introduzida a fim de transmitir de maneira mais clara os conceitos do marco metodológico do GFSM 2014. Assim, essa alteração visa evidenciar a diferença entre as transações que resultam em uma diminuição do patrimônio líquido e aquelas que não o modificam, enquanto as transações que não alteram o patrimônio líquido compõem o investimento. As despesas passam, portanto, a ser entendidas como a soma dos gastos e do investimento líquido.

A estrutura do Demonstrativo de Operações também foi reorganizada para evidenciar o principal indicador derivado do marco analítico do MEFP 2014, que é a capacidade / necessidade líquida de financiamento.

Adicionalmente, foi realizado um ajuste na metodologia de consolidação. A discrepância entre o total de receitas e despesas intergovernamentais passou a ser considerada no total das 3 esferas. A metodologia é explicada no item “3.3.3 Consolidação”. Maiores informações estão disponíveis na *Nota Metodológica - Revisão Metodológica das Estatísticas Fiscais do Governo Geral* disponível no site do Tesouro Nacional em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/notas-metodologicas-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral>.

Em 2024, foram realizados os seguintes aperfeiçoamentos metodológicos<sup>5</sup>: i) alteração do tratamento estatístico do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo Remanescente do PIS-PASEP, com a mudança de setorialização para o setor corporações públicas financeiras e conseqüentemente a exclusão de seus fluxos das estatísticas fiscais do governo geral; ii) revisão do tratamento da contribuição social imputada, rubrica da despesa que reflete o aumento das obrigações previdenciárias do governo frente a seus trabalhadores. Ela corresponde à parcela do aumento do passivo atuarial no período que não é coberta pelas contribuições sociais efetivas ou explicada por outros fluxos econômicos. Em virtude da atual dificuldade de registro do passivo previdenciário nas estatísticas fiscais, a partir desta publicação, optou-se por não registrar as contribuições sociais imputadas dos empregadores, tendo em vista que a forma atual de registro não reflete o cálculo atuarial dos direitos pensionários; e iii) introdução de novas tabelas de apresentação das estatísticas de finanças públicas em arquivo separados por esferas: Demonstrativos GG (governo geral), Demonstrativos GCO (governo central orçamentário), Demonstrativos GE (governos estaduais) e Demonstrativos GM (governos municipais). Essa alteração foi acompanhada da ampliação das aberturas dos dados trimestrais para os governos estaduais e municipais. Todas essas mudanças foram implementadas para toda a série histórica, garantindo a consistência intertemporal das informações.

Estes aperfeiçoamentos metodológicos estão detalhados na *Nota Metodológica - Revisão Metodológica das Estatísticas Fiscais do Governo Geral*, disponível no site do Tesouro Nacional em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/notas-metodologicas-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral>.

---

<sup>5</sup> Para maiores informações acesse a Nota Metodológica - Revisão Metodológica das Estatísticas Fiscais do Governo Geral, disponível no site do Tesouro Nacional em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/notas-metodologicas-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral>.

## Comparações com outras estatísticas fiscais

Os resultados aqui apresentados não substituem e nem se confundem com as estatísticas fiscais divulgadas mensalmente no Resultado do Tesouro Nacional (RTN), que observam aspectos metodológicos específicos.

O RTN, publicado mensalmente desde 1995, foi estruturado com base no GFSM 1986. Por sua vez, as estatísticas de finanças públicas aqui apresentadas são elaboradas de acordo com a metodologia definida GFSM 2014. Entre as principais diferenças conceituais, ressaltam-se a preocupação do GFSM 2014 em criar métricas mais adequadas para a avaliação da sustentabilidade fiscal de longo prazo em contraposição ao foco na gestão de liquidez de curto prazo que prevalece no GFSM 1986. Além disso, o GFSM 2014 introduziu a integração entre os fluxos e estoques, com a variação do patrimônio sendo explicada pelas transações e outros fluxos econômicos que ocorreram no período. Adicionalmente, o GFSM 2014 é harmonizado com as estatísticas de governo do Sistema de Contas Nacionais (SCN 2008), utilizadas para o cálculo do PIB (Produto Interno Bruto). Para maiores informações sobre essas diferenças, acesse a *Nota Metodológica - Comparativo entre as Estatísticas do Resultado do Tesouro Nacional – RTN e as Estatísticas Fiscais elaboradas de acordo com a metodologia do GFSM 2014*, disponível em <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/notas-metodologicas-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral>.

Da mesma forma, as estatísticas dos governos subnacionais apresentadas neste boletim não se confundem com as informações contidas no “Boletim de Finanças Públicas dos Entes Subnacionais” que são produzidas no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal (PAF), cujo principal objetivo é verificar o cumprimento das metas estabelecidas nos Programas de Ajuste estabelecidos como decorrência do processo de Renegociação das Dívidas dos estados.

## Fontes externas e publicações relacionadas

### Estatísticas Fiscais do Governo Geral:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>

### Manual de Estatísticas Fiscais:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-estatisticas-de-financas-publicas-mefp/2015/30>

### Government Finance Statistics Manual 2014:

<http://www.imf.org/external/Pubs/FT/GFS/Manual/2014/gfsfinal.pdf>